

SIMULAÇÕES DIPLOMÁTICAS NO ENSINO BÁSICO: CONTRIBUIÇÕES PARA UMA EDUCAÇÃO CIDADÃ

Nathan Weiler Nunes ¹

RESUMO

O presente relato de experiência, de natureza descritivo-reflexiva, analisa o funcionamento das simulações diplomáticas no Modelo das Nações Unidas (MUN) no circuito interescolar de Porto Alegre, com foco na educação básica. Partindo de uma contextualização histórica das MUNs e de sua consolidação internacional, inclusive com reconhecimento formal da Organização das Nações Unidas, o trabalho descreve a estrutura organizacional dos eventos locais. Sistematiza-se uma tipologia dos comitês em três categorias, quais sejam, comitês tradicionais, gabinetes e Agência de Comunicações, detalhando suas especificidades metodológicas. Evidencia-se o protagonismo juvenil na organização e condução das simulações, com papel docente predominantemente orientador, e destaca-se o caráter formativo da experiência, que mobiliza competências argumentativas, capacidade de negociação, trabalho em equipe, responsabilidade coletiva e reflexão crítica sobre problemáticas contemporâneas. O relato de experiência articula trajetória do autor como participante debatedor e como mesa diretora, permitindo compreender a prática como espaço de (auto)formação intelectual, social e afetiva. Conclui-se que, ao promover a vivência de processos deliberativos, o exercício da alteridade e a construção consensual de soluções para conflitos complexos, as simulações diplomáticas configuram-se como possibilidades metodológicas potentes para uma educação voltada à cidadania, ao engajamento político juvenil e à formação escolar crítica com ênfase nos Direitos Humanos.

Palavras-chave: Simulações diplomáticas, Modelo das Nações Unidas, Educação básica, Educação para cidadania, Educação em Direito Humanos.

INTRODUÇÃO

A recente expansão da prática de simulações diplomáticas no ensino básico de Porto Alegre chama atenção a um campo fértil de articulação entre formação cidadã, protagonismo juvenil e aprendizagem crítica. As experiências no Modelo das Nações Unidas (MUN) vêm se consolidando como dispositivos pedagógicos que ultrapassam o caráter lúdico ou meramente performativo, assumindo relevância formativa ao envolver argumentação, negociação, trabalho colaborativo e reflexão sobre problemas contemporâneos. Trata-se de uma prática emergente marcada pela centralidade discente e pelo potencial intelectual, social e afetivo na construção de um fazer escolar voltado à autonomia e à cidadania.

¹ Graduando do Curso de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, nathanweiler2649@hotmail.com.



Diante disso, o presente artigo tem como objetivo descrever a prática das simulações diplomáticas no contexto escolar de Porto Alegre, à luz da educação para a cidadania e em Direitos Humanos. Busca-se, mais especificamente, ilustrar como essas experiências se organizam e de que modo se aproximam de uma perspectiva educacional comprometida com a formação crítica e democrática dos sujeitos. Essa problematização se justifica pelo fato de que as simulações, ao exigirem escuta, posicionamento, elaboração argumentativa e construção coletiva de consensos, colocam os estudantes diante de situações que demandam o exercício concreto de alteridade e negociação.

A relevância da investigação decorre, ainda, da aproximação entre essa prática as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (Brasil, 2012). Nesse horizonte, a escola não é entendida como um espaço de transmissão de conteúdos, mas sim para a promoção de valores, atitudes e competências orientadas pela dignidade humana, pela participação democrática, pelo reconhecimento das diferenças e pela justiça social. As simulações diplomáticas, nesse sentido, podem ser interpretadas como metodologias convergentes com tais diretrizes, pois favorecem a vivência de processos deliberativos e a aprendizagem de formas cooperativas de enfrentamento de conflitos complexos, dimensões que dialogam diretamente com uma formação cidadã substantiva.

METODOLOGIA

O artigo se estrutura como um relato de experiência, de natureza descritivo-reflexiva. Essa opção metodológica permite articular a descrição da dinâmica das simulações com a análise interpretativa de seus sentidos pedagógicos, considerando tanto a organização dos eventos quanto a trajetória formativa do sujeito que os vivencia. Assim, o relato não se restringe à exposição factual da prática, mas procura evidenciar suas implicações educativas, suas mediações institucionais e seu potencial de contribuição para uma educação comprometida com cidadania e Direitos Humanos.

REFERENCIAL TEÓRICO

O estudo toma como eixo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, compreendidas como marco normativo e pedagógico para a organização de práticas educativas voltadas à formação ética, política e social dos estudantes. A partir delas, a análise considera que educar em Direitos Humanos implica favorecer experiências de participação, respeito à diversidade, pensamento crítico e compromisso com a transformação



da realidade social. Nessa perspectiva, as simulações diplomáticas são examinadas não apenas como estratégia metodológica, mas como prática educativa capaz de instaurar situações concretas de aprendizagem vinculadas à cidadania, à convivência democrática e à produção de sentidos sobre o mundo social.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Mais conhecida pelo acrônimo do termo em inglês *Model United Nations* (MUN), as simulações diplomáticas têm sua origem antes mesmo da Organização das Nações Unidas. É possível encontrar registros disponíveis na internet que remontam a 1923, tanto por parte da *Harvard International Assembly* na Universidade de Harvard², quanto da *Oxford International Assembly* na Universidade de Oxford³. Em ambos os casos, foi realizada uma simulação da Liga das Nações em que estudantes universitários personificavam diplomatas simulando a dinâmica de negociação internacional à época e discutindo sobre temas como segurança, comércio e fronteiras.

Naturalmente, após o fim da Liga das Nações e a criação da Organização das Nações Unidas em 24 de outubro de 1945, o formato da atividade precisou ser adaptado nas universidades que a realizavam para refletir de maneira mais verossímil o novo contexto internacional. Aos poucos, as MUNs foram se espalhando, ocorrendo principalmente no formato de eventos anuais que ultrapassavam as barreiras das aulas curriculares. Os eventos, que começaram envolvendo alunos de diversos cursos da mesma universidade, passaram a abrir espaço para estudantes de outras instituições e o mesmo aconteceu em muitas escolas secundárias.

No caso do Brasil, a história das simulações diplomáticas acompanha, em grande medida, a criação dos cursos de Bacharelado em Relações Internacionais, sendo a *Americas Model United Nations* (AMUN), organizada pelos estudantes de relações internacionais da Universidade de Brasília (UnB), o evento mais antigo do país, ocorrendo desde 1998. Conforme outros cursos de graduação em Relações Internacionais surgiam, novos eventos foram nascendo, estimulando um treinamento prático para a carreira na diplomacia, almejada como uma das áreas de atuação profissional desses graduandos.

Ao mesmo tempo, inspirados no tripé das universidades federais brasileiras, qual seja, ensino, pesquisa e extensão, muitos dos recém fundados cursos de relações internacionais viram nas simulações diplomáticas uma ferramenta para dialogar com o público externo,

² <https://www.thecrimson.com/article/1923/1/10/hold-first-meeting-of-international-assembly/>

³ <https://archives.ungeneva.org>



especialmente do Ensino Médio. Esse contato com estudantes secundaristas, com o intuito de aproximá-los das universidades e especialmente da área de relações internacionais, tomou em alguns casos o título “MUNDI”, como se um sufixo diminutivo fosse adicionado ao acrônimo já existente para diferenciá-lo dos MUNs já existentes voltados ao Ensino Superior. Foi assim que muitas das simulações diplomáticas mais tradicionais do país se consolidaram, seja na forma de eventos para estudantes universitários ou como extensão voltada para alunos da educação básica.

Tratando especificamente do município de Porto Alegre, cujo circuito de simulações diplomáticas pretende-se relatar, a primeira MUN data de 2003, sendo promovida pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) para estudantes do ensino superior⁴. Já na educação básica, coube ao Colégio Militar de Porto Alegre (CMPA) organizar em 2011 a primeira MUN para secundaristas na cidade⁵, seguido pela UFRGS, que em 2012 inaugurou o UFRGSMUNDI⁶.

No âmbito internacional, vale destacar o papel da ONU no reconhecimento e promoção das MUNs. Percebendo o crescimento exponencial das simulações diplomáticas em diferentes escolas e universidades no começo do século XXI, a ONU organizou em 2009 seu primeiro Modelo Global das Nações Unidas, elaborando posteriormente um guia completo sobre o Modelo das Nações Unidas com o objetivo de “fornecer informações sobre a estrutura da ONU, bem como sobre os seus procedimentos e processos de tomada de decisão, para que os líderes e conselheiros possam organizar simulações precisas das reuniões da ONU” (Nações Unidas, 2020).

Ainda que metodologicamente não conte com uma estrutura rígida, as simulações diplomáticas compartilham a ideia central de representar, em menor escala, os papéis e as discussões dos entes nacionais, seja em debates contemporâneos ou históricos. Pretende-se, portanto, estabelecer as reflexões a partir da participação do autor no que Rosa (2024) conceitua como circuito de simulações de Porto Alegre:

“O conceito que designo como ‘Circuito de Simulações de Porto Alegre’ não possui um caráter oficial, mas é uma construção baseada em nossa vivência prática e nas experiências compartilhadas por diversos colégios da cidade, incluindo relatos de alunos do nosso Clube de Relações Internacionais (CRI). Essa nomenclatura serve para ilustrar a rede informal de instituições educacionais engajadas em simulações diplomáticas que, ao longo do tempo, tivemos o prazer de participar ou sobre as quais recebemos *feedbacks* significativos” (Rosa, 2024, p. 111).

⁴ <https://www.ufrgs.br/ufrgsmun/edicao-2024/>

⁵ <https://mundocmpa.weebly.com/edicedilotildees-antiores.html>

⁶ <https://www.ufrgs.br/ufrgsmundi/timeline/>



Nesse sentido, cabe esclarecer o recorte no universo de possibilidades das simulações diplomáticas sob o qual se debruça essa análise. Ainda que as MUNs possam ocorrer nos mais distintos tamanhos e durações, envolvendo desde uma turma de trinta alunos em um único período escolar, até reuniões com centenas de estudantes de diferentes escolas ao longo de vários dias, o objeto de análise desse relato se restringe ao circuito de simulações de Porto Alegre. Excetuam-se a UFRGSMUNDI e a simulação promovida pelo *Pan American School of Porto Alegre*, as quais apresentam variações significativas em relação ao restante dos eventos. Vale ressaltar que, em alguma medida, a tentativa de descrição desse circuito estabelecido por instituições heterogêneas necessariamente incorrerá em algumas generalizações, reconhecendo a existência de particularidades menores, mas focando nos pontos em comum partilhados pelos eventos.

Na maior parte das vezes, as MUNs em Porto Alegre se estruturam sob o formato de atividades extracurriculares destinadas ao 9º ano do Ensino Fundamental e ao Ensino Médio. Denotam-se como exceções algumas escolas privadas que, a partir da deforma⁷ do Ensino Médio, optaram por curricularizar seus Clubes de Relações Internacionais já existentes, tornando-os um itinerário formativo do Ensino Médio no campo das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. De todo modo, cada escola envolvida no circuito possui um clube ou grupo de estudantes que participam e desenvolvem as MUNs. Esses clubes ou grupos de relações internacionais, por sua vez, possuem um secretariado formado pela equipe de alunos mais experientes em simulações daquela instituição. O secretariado é o responsável pela idealização, planejamento e execução do evento daquela escola.

Cada escola participante desse circuito informal promove um evento anual de simulação diplomática com duração de dois a três dias e aberto à participação de estudantes de outras instituições. Eventos abertos à participação de estudantes de outras instituições são considerados “simulações externas”, enquanto aqueles restritos apenas à participação de estudantes da escola sede são chamados “simulações internas”. É comum que as escolas com clubes mais estruturados e com mais participantes realizem simulações internas em escala reduzida para preparar seus alunos para performance nas simulações externas do circuito. Não se leva em consideração, para a descrição da prática neste trabalho, aquelas escolas que realizam apenas eventos internos, visto que o autor não poderia ter contato a organização dessas MUNs e que elas não estabelecem contato com a rede existente de simulações nas

⁷ Neste texto, o termo “deforma” é usado para descaracterizar o teor de inovação (outra palavra polissêmica e enviesada) que a terminologia “reforma” garante, visando tensionar o debate sobre as intenções por trás das recentes mudanças (ou deformidades) na educação brasileira.



demais escolas, porventura não compartilhando a estrutura organizacional em clubes ou grupos com secretariado próprio.

Nos eventos de simulação da ONU, os estudantes que assumem o papel de debatedores, representantes das nações ou líderes envolvidos, são chamados de delegados e são responsáveis por defender o posicionamento oficial da representação que lhes foi designada. O mais comum é que cada estudante desempenhe uma representação, ainda que raramente uma delegação nacional possa ser representada por uma dupla. Esses delegados, enfim, são divididos em comitês específicos, cada um com uma problemática de discussão. Nas simulações externas, são propostos vários comitês temáticos, indo de três a quantos mais a instituição sede desejar promover, levando em consideração o público esperado, a infraestrutura disponível e a capacidade do secretariado. Os comitês podem simular as mais variadas cúpulas internacionais e reuniões históricas, sendo sempre acompanhados pela Agência de Comunicações (AC) que atua realizando a cobertura jornalística do evento.

Tomando a tarefa de estruturar uma tipologia dos comitês existentes nas MUNs, é possível dividi-los em três tipos principais, são eles: comitês tradicionais, gabinetes e a Agência de Comunicações. Cada um desses tipos funciona como uma categoria guarda-chuva, abarcando nichos específicos que cultivam um público próprio de delegados. Cada evento de simulação compõe seu quadro de comitês com diferentes tipos, conforme o planejamento do secretariado de cada escola e a disponibilidade de mesas diretoras.

Entram na categoria de comitês tradicionais todos aqueles em que os delegados atuam como representantes de países. Poder-se-ia argumentar que apenas os comitês tradicionais compõem o Modelo das Nações Unidas, visto que é nesse tipo que os delegados interpretam diplomatas, muitas vezes nos fóruns da ONU, sendo essa a formatação historicamente tradicional das MUNs. Contudo, compreende-se, na análise interpretativa deste trabalho e no dia a dia da prática em Porto Alegre, que os gabinetes e a AC também fazem parte da constituição das simulações diplomáticas por compartilharem a mesma estrutura metodológica de debate e terem conquistado espaço organicamente nas programações dos eventos locais.

Os comitês tradicionais se subdividem em muitos nichos, cada qual tratando de assuntos específicos e atraindo um público diferente. Entre os principais nichos, pode-se citar os comitês clássicos da ONU, os comitês humanitários, os comitês ambientais, os comitês regionais e os comitês econômicos.

Já na categoria dos gabinetes, destaca-se uma mudança essencial em relação aos comitês tradicionais. Mesmo seguindo as mesmas regras de debate e compartilhando espaço



na programação das MUNs, nos gabinetes os delegados não personificam diplomatas nem representantes oficiais de países ou nações, mas indivíduos históricos. Esse tipo de comitê também se subdivide em nichos específicos, sendo eles: gabinetes jurídicos, gabinetes políticos e gabinetes de guerra. Ainda que estruturados sob a égide do debate e da argumentação, os gabinetes distanciam-se levemente do ideal de consenso presente nos comitês tradicionais, aproximando-se mais do funcionamento dos *Role-Playing Games* (RPGs). Pode-se dizer, na verdade, que toda simulação é um RPG, visto que os estudantes estão assumindo um papel com posicionamentos próprios em um jogo de personificação, contudo, os gabinetes costumam dar maior liberdade estratégica para os delegados, permitindo-os em muitos casos demandarem “ordens”, um tipo de ação fora do funcionamento diplomático dos comitês tradicionais.

Por fim, a Agência de Comunicações é um tipo de comitê próprio, existente em todas as MUNs do circuito de simulações diplomáticas de Porto Alegre. A AC é responsável pela cobertura jornalística do evento, se subdividindo em dois nichos: a escrita e a audiovisual. Os participantes da AC não são considerados delegados, mas jornalistas, e não participam ativamente dos debates. Muitos estudantes buscam a AC por se considerarem tímidos demais para participar das discussões formais nos demais comitês, mas esse nem sempre é o caso, sendo os jornalistas muitas vezes participantes bastante extrovertidos. Entre os tipos de comitês apresentados até então, a AC é o que conta com um público mais fiel, com alguns participantes dedicando toda sua trajetória nas MUNs ao papel de jornalistas.

As discussões nos comitês ocorrem ao longo de dois dias, em sessões que variam entre uma e três horas de duração. Entre as sessões de debate, ocorrem *coffee breaks* e, no sábado, um intervalo para o almoço. Esses intervalos servem para que os alunos descansem, estabeleçam negociações particulares com outros membros do seu comitê (*lobby*) ou encontrem colegas da mesma instituição, mas que estão em outras salas. Também possuem espaço no cronograma dos eventos um momento inicial para credenciamento, uma cerimônia de abertura, uma coletiva de imprensa e uma cerimônia de encerramento.

Ao longo das sessões de debate, os delegados discutem a temática de seu comitê representando uma posição pré-definida, seja a política externa de uma nação nos comitês tradicionais ou os posicionamentos pessoais de uma personalidade histórica ou contemporânea no caso dos gabinetes. Esse posicionamento oficial é delineado com antecedência, fazendo parte do guia de estudos enviado digitalmente aos delegados duas ou três semanas antes da simulação. Esse guia costuma conter um contexto histórico do tema, a



problemática a ser debatida, perguntas-guia para a discussão e o posicionamento oficial das representações no debate, totalizando usualmente entre vinte e cinquenta páginas.

No circuito de simulações diplomáticas de Porto Alegre, os responsáveis pela proposição de comitês e elaboração dos guias de estudo são, com raras exceções, as mesas diretoras de cada comitê. Ocupam esse papel, preferencialmente, alunos já formados no ensino básico, cursando graduação, mas que integravam o circuito de MUNs como delegados no passado. Em alguns casos, alunos muito experientes em simulações, já no terceiro ano do Ensino Médio, também podem ser convidados pelo secretariado para comporem a mesa diretora de um comitê. Por vezes chamados apenas de mesa ou apenas de diretores, são também os responsáveis por moderar o debate entre os delegados, acatando pontos e moções, e conduzindo a discussão.

Além dos delegados, jornalistas e mesas diretoras, figuram no ambiente das MUNs o STAFF do evento, composto por alunos da instituição sede que nem sempre participam dos clubes ou grupos de relações internacionais, mas têm interesse em conhecer as simulações. O STAFF é responsável por organizar a logística dos *coffee breaks*, do credenciamento, da coletiva de imprensa e do que mais for necessário durante o cronograma.

Outro membro a se mencionar é a figura do professor orientador que, na absoluta maioria dos casos no circuito de Porto Alegre, é responsável apenas por coordenar as reuniões do clube ou grupo extracurricular, ministrar as aulas do itinerário formativo quando existir, e estabelecer um diálogo institucional para realização do evento. Cabe salientar que o planejamento do evento, o convite às mesas diretoras, a divulgação e execução das MUNs, no circuito de Porto Alegre, é de inteira responsabilidade do secretariado de cada clube ou grupo, havendo uma maior intervenção dos professores apenas em clubes ou grupos recém-formados, em escolas que ainda não desenvolveram uma forte cultura de simulações que permita a continuidade do projeto diretamente pelo trabalho dos estudantes envolvidos.

Toda essa prática é descrita sob o ponto de vista de um futuro professor de Geografia, cujo processo de autoformação docente perpassa a participação ativa no circuito local de simulações. O autor, possuindo envolvimento pessoal e acadêmico com as simulações diplomáticas, atuou desde a posição de delegado debatedor quando estudante do Ensino Médio, até a posição de mesa diretora responsável por comitês ao longo de toda a graduação em mais de 15 MUNs promovidas por escolas locais, sendo ainda STAFF e suporte administrativo em alguns eventos. É a partir dessa vivência que se constitui um entendimento de sala de aula, de desafio pedagógico, de trabalho em equipe, mas especialmente de educação para a cidadania.



Além da mobilização de habilidades comunicativas essenciais às simulações, como oratória, argumentação, negociação e síntese escrita, entende-se a partir da prática que as MUNs no contexto da educação básica se configuram como práticas pedagógicas de elevado potencial formativo articulado à formação cidadã. Exigindo que os estudantes assumam posições, elaborem argumentos consistentes e os defendam em espaços deliberativos, tais experiências contribuem para a construção da autonomia entre os estudantes. A simulação de espaços de debate em que os posicionamentos mobilizados são levados em consideração na construção coletiva de acordos, sínteses e consensos por escrito é um aspecto fundamental para a construção da ideia de cidadania. Nesse processo, o trabalho em equipe deixa de ser apenas uma estratégia organizativa e passa a se constituir como dimensão formativa central, na medida em que implica o reconhecimento da pluralidade de perspectivas e o exercício contínuo da alteridade.

Além disso, ao inserirem os estudantes em debates sobre problemáticas contemporâneas, frequentemente relacionadas a questões geopolíticas, sociais e humanitárias, as simulações diplomáticas favorecem a articulação entre conhecimento escolar e realidade social, promovendo uma reflexão crítica situada. Essa imersão em contextos complexos contribui para o fortalecimento do senso de responsabilidade coletiva, uma vez que as decisões simuladas exigem consideração de impactos mais amplos e compromisso com soluções que transcendam interesses individuais. Desse modo, essas práticas não apenas ampliam repertórios cognitivos e comunicativos, mas também fomentam disposições ético-políticas alinhadas aos princípios da cidadania e da democracia, ao incentivar a participação ativa, o engajamento em processos deliberativos e a compreensão da política como espaço legítimo de construção coletiva.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos situam a formação cidadã e a experiência crítica como fins pedagógicos centrais, destacando a Educação em Direitos Humanos como eixo fundamental do direito à educação (Brasil, 2012). Nessa concepção, educar é desenvolver sujeitos que se percebam titulares de direitos e capazes de exercê-los, promovendo-os ao mesmo tempo em que reconhecem e respeitam os direitos alheios. Sob os princípios de dignidade da pessoa, igualdade de direitos, reconhecimento das diferenças, democracia no ambiente educativo e transversalidade, entende-se que a prática das MUNs vai inteiramente ao encontro do previsto para a Educação em Direitos Humanos. A proximidade das temáticas diplomáticas e internacionais com a discussão acerca dos Direitos Humanos em diferentes fóruns da ONU se destaca como outro grande potencializador da prática descrita, proporcionando não somente um espaço para



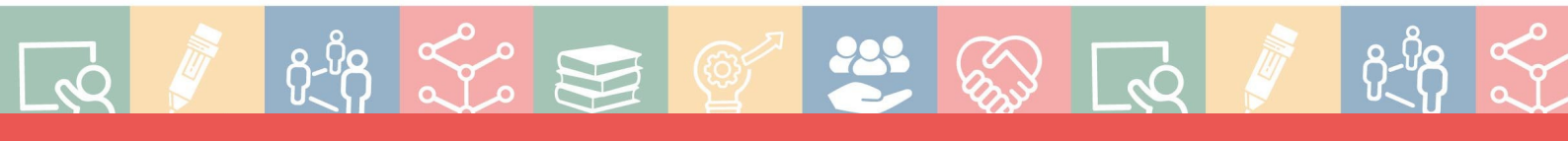
exercício da autonomia, como mobilizando discussões acerca da garantia desses direitos a todos no planeta.

As diretrizes também enfatizam metodologias participativas incentivando o desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção coletiva, assim como o fortalecimento de práticas sociais que gerem ações em favor da promoção, da proteção e da defesa dos Direitos Humanos (Brasil, 2012). Ao propor comitês simulados com temáticas humanitárias, como o Conselho dos Direitos Humanos, ou discussões acerca de deslocamentos forçados, fome, desigualdade social e outros assuntos atinentes à atuação das Nações Unidas, as MUNs promovem um espaço ativo de conhecimento e conscientização sobre Direitos Humanos. Com base nesses entendimentos e à luz das DCN-EDH, afirma-se que as simulações diplomáticas se configuram como estratégia formativa em que o debate simulado promove um ambiente escolar e uma vivência mais democráticos. Em suma, o ambiente simulado espelha a construção coletiva de soluções para problemas complexos, promovendo disposições ético-políticas no plano internacional alinhadas a uma aprendizagem em Direitos Humanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As simulações diplomáticas analisadas ao longo deste artigo, estruturadas por metodologias de debate formal, mobilizando os movimentos de conhecer, propor soluções, negociar e escrever sínteses, estão em plena expansão no contexto educacional de Porto Alegre. Organizadas sob a forma de comitês que reproduzem espaços multilaterais de deliberação divididos em três tipos (comitês tradicionais, gabinetes e Agência de Comunicações), as MUNs se destacam como potentes práticas pedagógicas na construção de conhecimentos e habilidades diversas. Ao mobilizarem estudantes em dinâmicas que articulam pesquisa prévia, posicionamento político, argumentação oral e escrita e construção coletiva de resoluções, tais experiências extrapolam o ensino conteudista e instauram um ambiente formativo centrado na participação ativa e no protagonismo discente. Nesse sentido, a experiência do autor na posição de delegado, mesa diretora e STAFF em seu processo de autoformação docente permite discorrer com profundidade sobre a sistematização da prática local.

Argumenta-se, enfim, que a vivência dos diferentes tipos de comitê e de suas respectivas lógicas decisórias permite aos estudantes compreenderem, ainda que em caráter simulado, a complexidade dos processos políticos e institucionais que atravessam a



governança global e os conflitos contemporâneos. Ao assumirem o papel de delegados, os participantes são instados a tomar decisões, sustentar posicionamentos e lidar com as consequências de suas escolhas no interior do debate, o que contribui para o fortalecimento da autonomia intelectual.

As simulações diplomáticas, portanto, revelam-se espaços privilegiados para o exercício da cidadania em sua dimensão substantiva. Ao participarem de processos deliberativos que exigem negociação, construção de alianças e formulação de propostas coletivas, os estudantes experienciam formas concretas de participação política. Essa vivência contribui para a compreensão da cidadania não apenas como um conjunto de direitos formais, mas como prática ativa e cotidiana, fundada no diálogo, na cooperação e na corresponsabilidade.

À luz das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, tais práticas assumem especial relevância ao favorecerem a internalização de princípios fundamentais como dignidade humana, igualdade, respeito à diversidade e participação democrática. Isso porque as simulações não apenas abordam temáticas diretamente relacionadas aos direitos humanos, mas, sobretudo, criam condições concretas para sua vivência, ao exigir dos estudantes o exercício da alteridade, a escuta qualificada de perspectivas divergentes e a construção consensual de soluções para problemas complexos. Assim, a educação em direitos humanos deixa de se restringir a um conteúdo normativo e passa a se constituir como experiência formativa situada, na qual valores e atitudes são construídos no próprio processo de interação, deliberação e tomada de decisão coletiva. Nesse processo, o professor desloca-se de uma posição transmissiva para uma função mediadora, orientando os estudantes na construção do conhecimento e na reflexão sobre suas práticas, o que reforça uma concepção de educação dialógica e emancipatória.

Por fim, destaca-se que o potencial das simulações diplomáticas para a educação em direitos humanos reside precisamente em sua capacidade de articular dimensões cognitivas, sociais e ético-políticas em uma mesma prática pedagógica. A ênfase na formação de sujeitos capazes de pensar criticamente, agir com responsabilidade e intervir de maneira ética na realidade social reforça a relevância de uma formação voltada à consolidação de valores democráticos e ao engajamento social, especialmente entre os jovens. Ao integrar conhecimento sobre temas contemporâneos, desenvolvimento de habilidades argumentativas e vivência de valores democráticos, essas experiências contribuem para a formação de sujeitos participativos e comprometidos com a transformação social.



Dessa forma, conclui-se que as MUNs, no campo das metodologias ativas, configuram-se como estratégias particularmente potentes para a promoção de uma educação para a cidadania orientada pelos Direitos Humanos, ao possibilitarem não apenas o aprendizado sobre esses direitos, mas, fundamentalmente, a sua experimentação no interior da vida escolar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012**. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Brasília: MEC/CNE, 2012.

NAÇÕES UNIDAS. **Guia das Nações Unidas sobre o Modelo das Nações Unidas**. Nova York: Publicações Nações Unidas, 2020. Disponível em: <https://unric.org/pt/modelo-de-simulacao-das-nacoes-unidas/>. Acesso em: 12 fev. 2026

ROSA, Alexandre dos Santos da. **Entre razões, emoções e simulações: olhares estudantis a partir da relação geografia e geopolítica em suas (des)construções sobre si e sobre o mundo**. 2024. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2024.

